



**PARECER 001/2018 – CEV – DISPÕE SOBRE OS RECURSOS IMPETRADOS
CONTRA GABARITOS E QUESTÕES DAS PROVAS DO CONCURSO PÚBLICO PARA
PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE MILAGRES-CEARÁ**

A Comissão Executiva do Vestibular da Universidade Regional do Cariri – URCA, com fundamento no subitem 15.1, alínea “c”, do EDITAL nº. 001/2018-PMM, torna público o julgamento dos recursos.

NÍVEL SUPERIOR – ENFERMEIRO – QUESTÕES DE 16 A 45

QUESTÃO 16:

ID DO RECURSO: 2366

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. A questão interroga sobre o item correto que contenha as proibições do exercício de enfermagem.

QUESTÃO 18:

ID DO RECURSO: 2298, 2325, 2292, 1997, 2471, 2535, 2575, 2114, 2492, 2118, 2391, 2392, 2247, 2413, 2451, 2644, 2606, 2371, 2783, 2604, 2426, 2555, 2777, 2459, 2743, 2428, 2646, 2018, 2467, 2465, 2643, 2543, 2018, 2333, 2787, 2082, 2322, 2565, 2072, 8624, 2424, 2734, 2368, 2093

RESULTADO: RECURSO ACEITO.

ALTERAÇÃO DO GABARITO CORRETO PARA LETRA D. O item D apresenta enunciado correto para resposta da questão.

QUESTÃO 24:

ID DO RECURSO: 2427, 2738 e 2650

RESULTADO: RECURSO ACEITO - QUESTÃO NULA

PROCEDENTE. A ausência da palavra “respectivamente” deixa a sequência de respostas requerida, sem a clareza necessária.

QUESTÃO 26:

ID DO RECURSO: 1998

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. No edital do concurso, é apresentado conteúdo programático.

QUESTÃO 29:

ID DO RECURSO: 2326, 2099, 2309, 2158, 2252, 2452, 2654, 2354, 2477, 2674, 2362, 2113, 2438, 2449, 2740, 2455 e 2463

RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO NULA

PROCEDENTE. A escrita do item E possibilita a interpretação justificada em literatura para considerar o item também como alternativa de resposta.



QUESTÃO 30:

ID DO RECURSO: 2367, 2519 e 2540

RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO NULA

PROCEDENTE – Não está expreso no item B, o tipo de intoxicação por lixívia.

QUESTÃO 32:

ID DO RECURSO: 2237

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. A definição da questão está fundamentada no Caderno da Atenção Básica n..36 do Ministério da Saúde do Brasil, publicado em 2013.

QUESTÃO 33:

ID DO RECURSO: 2744

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. O sinal cardinal requerido é para situação de morte encefálica.

QUESTÃO 34:

ID DO RECURSO: 2561

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. A indicação apresentada não condiz com a fundamentação utilizada na questão, referenciada em POTTER, P.A. Fundamentos de Enfermagem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018, p. 769.

QUESTÃO 35:

ID DO RECURSO: 2347, 2494, 2564, 2294. 2576

RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO NULA.

PROCEDENTE. A expressão da item a ser assinalada está incompleto, a ocorrência pode acontecer dentro ou fora do encéfalo.

QUESTÃO 38:

ID DO RECURSO: 2541, 2183, 2501, 2361, 2375, 2502 e 2483

RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO NULA

PROCEDENTE. Existem características da urticária descritas em outros itens que embora incompletos, não podem ser considerados errados.

QUESTÃO 39:

ID DO RECURSO: 2349

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. A questão requisita a ocorrência mais comum.

QUESTÃO 42:

ID DO RECURSO: 2611, 2229, 2225 e 2655

RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO NULA

PROCEDENTE. O item E apresenta possibilidade de resposta.

QUESTÃO 45:

ID DO RECURSO: 2587, 2583



RESULTADO: RECURSO ACEITO – Questão NULA
PROCEDENTE. A questão apresenta dois itens passível de resposta.

NÍVEL SUPERIOR – PSICÓLOGO – QUESTÕES DE 16 A 45

QUESTÃO: 20

ID DO RECURSO: 2180; 2630; 2594

RESULTADO: RECURSO ACEITO

RESPOSTA AO RECURSO: OPÇÃO CORRETA PARA QUESTÃO 20, LETRA D.

QUESTÃO: 20

ID DO RECURSO: 2446

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

RESPOSTA AO RECURSO: “Sinais comportamentais objetivos são aqueles verificáveis pela observação direta do paciente. Informação correta de acordo com Dalgalarondo (2008). Acrescentando, sinais são um tipo de signo, logo, não há inverdades na afirmativa.

QUESTÃO 21, 26, 29, 32 e 42 (arquivo enviado em PDF e sem uma identificação específica para cada questão)

ID DO RECURSO: 2489; 2737

RESULTADO: 21- NÃO ACEITO / 26- NÃO ACEITO/ 29-NÃO ACEITO

RESPOSTA AO RECURSO:

21 - “A normalidade como bem-estar seria também um dos critérios para se avaliar a normalidade, sendo baseado nos aspectos funcionais e não necessariamente quantitativos.” Conceito incorreto de acordo com o pensamento de Dalgalarondo (2008) que expressa que normalidade enquanto bem-estar segue o estabelecido pela Organização mundial de Saúde que definiu em 1946, a saúde como completo bem-estar físico, mental e social e não apenas como ausência de doença. Conceito considerado pelo mesmo autor enquanto utópico e que nitidamente vai de encontro ao conteúdo apresentado. As demais alternativas encontram-se corretas e seguindo a linha de entendimento proposta pelo autor.

26- De acordo com David Myers em seu livro Psicologia (2006, p.430), autor descrito no enunciado da questão, “em 1960 alguns psicólogos da personalidade foram em direção contrária à do estudo de Freud sobre motivações básicas de pessoas “doentes”, os psicólogos humanistas voltaram sua atenção para o modo como as pessoas saudáveis se esforçam para obter autodeterminação e autorrealização. Dois teóricos pioneiros, **Abraham Maslow e Carl Rogers**, ilustram essa ênfase no potencial humano, vendo o mundo pelos olhos da pessoa pesquisada e não pelos olhos do pesquisador.” Neste sentido, o gabarito mantém-se enquanto proposto. Alternativa A.

29- “Quando se tem o aumento da probabilidade de um determinado comportamento em virtude da **remoção** de estímulos aversivos ou desagradáveis que provocariam dor, estamos tratando do conceito de **reforço negativo**. Punição se dá pela apresentação de um estímulo aversivo e não por sua retirada. Tem como consequência a diminuição da



frequência do comportamento e não o aumento da probabilidade de ocorrência do mesmo.

Skinner, B. F. (2006). *Sobre o behaviorismo*. São Paulo, SP: Cultrix. (Trabalho original publicado em 1974)

Skinner, B. F. (2007). *Ciência e comportamento humano* (J. C. Todorov & R. Azzi, Trans.). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1953).

32- Segundo Jurema Alcides Cunha, em seu livro *Psicodiagnóstico V* (2003, P.23): “O psicodiagnóstico derivou da psicologia clínica, introduzida por Lighter Witmer, em 1896, e criada sob a tradição da psicologia acadêmica e da tradição médica”. E continua: “Tudo indica que essa tradição médica, está associada à psicologia clínica e teria efeitos marcantes na formação da identidade profissional do psicólogo clínico.” Resposta que corrobora com o gabarito exposto. Corretas as alternativas I, III e IV (D)

42- De acordo com Aroldo Rodrigues et al, em seu livro *Psicologia social* (2007, p.376-388) “Coesão pode ser definida como a quantidade de pressão exercida sobre os integrantes de um grupo a fim de que continuem nele”, um conceito correto e difundido sobre coesão grupal, não podendo ser esta a alternativa correta.

QUESTÃO: 23

ID DO RECURSO: 2188; 2495; 2632; 2446

RESULTADO: RECURSO ACEITO

RESPOSTA AO RECURSO: QUESTÃO NULA

QUESTÃO: 25

ID DO RECURSO: 2503; 2112

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

RESPOSTA AO RECURSO: O CANDIDATO APONTA SEU EMBASAMENTO NO FATO DE QUE A LETRA “E” SERIA COMPOSTA POR INFORMAÇÕES INCORRETAS. O ENUNCIADO DA QUESTÃO SOLICITA JUSTAMENTE A OPÇÃO INCORRETA. NO CASO, EXPRESSA EM: “O quinto estágio ocorre na adolescência, entre os treze e dezoito anos. Neste momento a crise encontra-se expressa no confronto intimidade *versus* isolamento.”

NÍVEL SUPERIOR – ASSISTENTE SOCIAL – QUESTÕES DE 16 A 45

QUESTÃO 20:

ID DO RECURSO: 2211

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

RECURSO IMPROCEDENTE. A QUESTÃO ESTÁ CLARA, POIS A ATRIBUIÇÃO “PRESTAR ASSESSORIA TÉCNICO-CONSULTIVA AOS ORGANISMOS PÚBLICOS OU PRIVADOS, EM MATÉRIA DE SERVIÇO SOCIAL” É UMA COMPETÊNCIA DO CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, CONFORME DETERMINA A LEI 8662/93, ARTIGO 8º, INCISO VIII. PORTANTO MANTEM-SE A ALTERNATIVA “E”, CONFORME DIVULGADO NO GABARITO OFICIAL.

QUESTÃO 23:



ID DO RECURSO: 2213

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

O RECURSO NÃO PROCEDE, POIS A ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA “B”, CONFORME DIVULGADO NO GABARITO OFICIAL.

QUESTÃO 26:

ID DO RECURSO: 2224

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

O RECURSO NÃO PROCEDE, POIS A ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA “D”, CONFORME DIVULGADO NO GABARITO OFICIAL.

QUESTÃO 28:

ID DO RECURSO: 2083

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

RECURSO IMPROCEDENTE. DE ACORDO COM O ARTIGO 60 DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (LEI 8.069 DE 13 DE JULHO DE 1990) “É PROIBIDO QUALQUER TRABALHO A MENORES DE QUATORZE ANOS DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ”. PORTANTO MANTEM-SE A ALTERNATIVA “B”, CONFORME DIVULGADO NO GABARITO OFICIAL.

QUESTÃO 43:

ID DO RECURSO: 2524

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

RECURSO IMPROCEDENTE. DE ACORDO COM O LIVRO “O ESTUDO SOCIAL EM PERÍCIAS, LAUDOS E PARECERES TÉCNICOS”, DE PUBLICAÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS, A ALTERNATIVA “D” FAZ REFERÊNCIA A PERÍCIA SOCIAL E NÃO AO PARECER SOCIAL. CONFORME A PUBLICAÇÃO DO CFESS, A ALTERNATIVA “E” TRAZ ELEMENTOS QUE CARACTERIAZAM O PARECER SOCIAL. PORTANTO MANTEM-SE A ALTERNATIVA “E”, CONFORME DIVULGADO NO GABARITO OFICIAL.

QUESTÃO 44:

ID DO RECURSO: 2212

RESULTADO: RECURSO ACEITO. **(QUESTÃO ANULADA)**

RECURSO PROCEDENTE. EM RESPOSTA AO RECURSO INTERPOSTO, TEMOS A ESCLARECER QUE A QUESTÃO SERÁ ANULADA, TENDO EM VISTA QUE HOUVE UM ERRO DE DIGITAÇÃO, COMPROMETENDO DESTA FORMA A COMPREENSÃO DO CANDIDATO.

NÍVEL SUPERIOR – FISIOTERAPIA – QUESTÕES DE 16 A 45

QUESTÃO 16:

ID DO RECURSO: 2210; 2028; 2711

RESULTADO: RECURSOS NÃO ACEITOS

IMPROCEDENTES. Portanto, a resposta continua sendo a **letra C**.



A alternativa C está correta, pois o músculo glúteo médio se origina na linha glútea posterior do íleo, na face dorsal da porção inferior do sacro e da lateral do cóccix. Sua porção superior se insere no trato iliotibial da fáscia lata, lateralmente ao trocanter maior. Já suas fibras mais profundas da porção inferior se inserem na tuberosidade glútea (MOORE & DALLEY, 2014). A dor pode ser descrita na extensão da região lombar, sacral e até a face lateral glútea (<https://www.dortemtratamento.com.br/bursite-quadril-osteoartrose-tem-tratamento/>; FALÓTICO et al., 2015)

As alternativas B e E que se referem, respectivamente aos músculos glúteo mínimo e piriforme, apresentam sintomatologia caracterizada por dor na região posterior e inferior da coxa (<https://www.dortemtratamento.com.br/bursite-quadril-osteoartrose-tem-tratamento/>; FALÓTICO et al., 2015).

Dor glútea em atletas – como investigar e tratar? Guilherme Guadagnini Falótico *, Diogo Fernandes Torquato, Ticiane Cordeiro Roim, Edmilson Takehiro Takata, Alberto de Castro Pochini e Benno Ejnisman. Revista brasileira de ortopedia, 50(4), 462-468, 2015.

QUESTÃO 18:

ID DO RECURSO: 2178

RESULTADO: RECURSOS NÃO ACEITOS

IMPROCEDENTE. Portanto, a resposta continua sendo a **letra E**.

O candidato argumenta que a alternativa E da questão também é INCORRETA. Mas a resposta da questão conforme gabarito já é a própria letra E.

QUESTÃO 26:

ID DO RECURSO: 2029; 2249; 2107

RESULTADO: RECURSOS NÃO ACEITOS

IMPROCEDENTES. Os itens III, IV e V estão incorretos. Portanto, a resposta é a **letra D**.

A afirmativa III não foi questionada nos recursos.

A afirmativa IV está incorreta, pois a diatermia por ondas curtas é contraindicada em tecidos lesados por radioterapia (KITCHEN, 2003; LOW & REED, 2001)

A afirmativa V está incorreta, pois a microcorrente possui intensidade muito baixa, não possuindo **contraindicações específicas**, no entanto, devem ser observadas as contraindicações gerais da eletroterapia (KORZENDORFER & HETTRICK, 2014; FUJIYA et al., 2015)

QUESTÃO 27:

ID DO RECURSO: 2732; 2767; 2284; 2030; 2302; 2721; 2077

RESULTADO: RECURSOS ACEITOS

PROCEDENTES. Mudança no gabarito para **letra E**.

A resposta correta é a letra E (Crioterapia e TENS)

QUESTÃO 37:

ID DO RECURSO: 2155; 2242

RESULTADO: RECURSOS NÃO ACEITOS

IMPROCEDENTES. Portanto, a resposta continua sendo a **letra E**.

O enunciado da questão é claro e objetivo quando se refere a escala para avaliar o **equilíbrio e as anormalidades da marcha**.



A escala de Berg Balance Test corresponde a **instrumento de avaliação funcional do equilíbrio**, validado no Brasil por Miyamoto et al. (2004). Consiste na realização de 14 tarefas relacionadas com as atividades básicas e instrumentais da vida diária que envolvem equilíbrio. A pontuação total da escala vai de 0 (equilíbrio prejudicado severamente) a 56 (excelente equilíbrio). Portanto o objetivo da escala de Berg é avaliar o **equilíbrio** (REBELATTO & MORELLI, 2007)

QUESTÃO 39:

ID DO RECURSO: 2733; 2153; 2608; 2032; 2249; 2201; 2203

RESULTADO: RECURSOS ACEITOS

PROCEDENTE. A questão deve ser **ANULADA**

Na diagramação da prova o item I foi colado em todos os outros itens. O que tornou impossível responder a questão. Erro de diagramação.

QUESTÃO 40:

ID DO RECURSO: 2403; 2147

RESULTADO: RECURSOS ACEITOS

PROCEDENTES. Mudança no gabarito para **letra E**. A resposta correta é a letra E (V,F,V,V,V).

QUESTÃO 42:

ID DO RECURSO: 2154; 2627; 2033; 2249; 2195; 2718; 2295; 2171

RESULTADO: RECURSOS ACEITOS

PROCEDENTES. Mudança no gabarito para letra D. A resposta correta é a letra D (III e IV, apenas).

QUESTÃO 44:

ID DO RECURSO: 2719

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Portanto, a resposta continua sendo a **letra D**.

A atenção domiciliar (AD) se revela como uma alternativa inovadora para a construção de um modo diferenciado de produzir cuidado reduzindo custos para o sistema de saúde e possibilitando uma lógica humanizada, **interdisciplinar** e inventiva no trabalho. Destaca-se que a interdisciplinaridade é possível no trabalho no PAD, sendo identificada como singularidade e inovação na AD, superando as práticas isoladas, fragmentadas e individuais que se perpetuam nos modelos tradicionais de atenção à saúde (ANDRADE et al., 2013). SINGULARIDADES DO TRABALHO NA ATENÇÃO DOMICILIAR: IMPRIMINDO UMA NOVA LÓGICA EM SAÚDE. Angélica Mônica Andrade; Maria José Menezes Brito; Kênia Lara Silva; Roberta Mendes Von Randow; Livia Cozer Montenegro. R. pesq.: cuid. fundam. online 2013. jan./mar. 5(1):3383-93

NÍVEL SUPERIOR – BIÓLOGO – QUESTÕES DE 16 A 45

QUESTÃO: 25

ID DO RECURSO: 2365

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO



A questão não se refere, especificamente, aos aminoácidos essenciais, e sim, aos aminoácidos **condicionalmente essenciais**. Conforme Nelson e Cox (2014) em “Lehninger Principles of Biochemistry” (6ª ed), e Dutra e Marchini (2008) em “Ciências Nutricionais: aprendendo a aprender”, esses aminoácidos são: Cisteína, glicina, prolina e tirosina, além de arginina e glutamina. A alternativa correta, nesta questão, é a alternativa ‘E’ não havendo embasamento plausível para que o pedido de anulação da questão por parte do candidato seja aceito.

QUESTÃO: 33

ID DO RECURSO: 2727

RESULTADO: RECURSO ACEITO

A questão deve ser anulada, pois, infelizmente, há duas alternativas a serem assinaladas como incorreta (b e c).

NÍVEL SUPERIOR – MÉDICO VETERINÁRIO – QUESTÕES DE 16 A 45

QUESTÃO 23:

ID DO RECURSO: 2089

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. A única alternativa correta é a letra A. Vacas não são poliétricas estacionais nem respondem a fotoestimulação. Apenas éguas e pequenos ruminantes. Em programas de Inseminação Artificial e a literatura científica, ovulação é ATÉ 12 horas após o aparecimento dos sinais de ESTRO.

QUESTÃO 30:

ID DO RECURSO: 2189

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. A única alternativa que mostra o período de gestação real é a do suínos, conhecido popularmente como 3 meses, 3 semanas e 3 dias, totalizando 114 dias. As outras alternativas há uma distorção de período muito maior em relação à média pedida na questão.

QUESTÃO 32:

ID DO RECURSO: 2121

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. O termo POTENCIALMENTE não afirma que os torna Não Infectantes, mas sim uma opção, dependendo da resposta imunológica do paciente ao tratamento. Trata-se da interpretação deste termo usado, Potencialmente não indica Necessariamente, questão de língua portuguesa.

QUESTÃO 37:

ID DO RECURSO: 2141

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. O edital foi bem claro que poderia ser cobrada Legislação Federal do Meio Ambiente tema esse da referida questão. Sobre a resposta foi divulgado no gabarito



a letra errada. Então a resposta certa é a Letra D e não a letra B. A comissão do concurso irá divulgar uma ERRATA com a letra certa.

NÍVEL SUPERIOR – ODONTÓLOGO– QUESTÕES DE 16 A 45

QUESTÃO: 16

ID DO RECURSO: 2753; 2672; 2640; 2663;

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. A equipe de Saúde Bucal, Modalidade II, é composta por 01 Cirurgião-dentista, 01 Auxiliar de Consultório dentário e 01 Técnico em Saúde Bucal, conforme gabarito oficial. O embasamento do candidato não justifica a anulação da questão, visto que ambas nomenclaturas são amplamente utilizadas e conhecidas, não induz o candidato a erro

QUESTÃO: 17

ID DO RECURSO: 2248

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. A alternativa 3 diz que um dos princípios é a CENTRALIZAÇÃO político-administrativa, enquanto que o texto da Lei 8080 diz que um dos princípios do SUS é a DESCENTRALIZAÇÃO político administrativa.

QUESTÃO: 18

ID DO RECURSO: 2398

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. O embasamento do candidato não justifica a anulação da referida questão.

QUESTÃO: 19

ID DO RECURSO: 2636

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Candidato apenas reafirma o gabarito oficial

QUESTÃO: 20

ID DO RECURSO: 2400

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. O embasamento do candidato não justifica a anulação da referida questão.

QUESTÃO: 21

ID DO RECURSO: 2404

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. O embasamento do candidato não justifica a anulação da referida questão.

QUESTÃO: 23

ID DO RECURSO: 2529; 2405; 2407

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO



IMPROCEDENTE. O tratamento medicamentoso para queilite angular é Nistatina e triancinolona, conforme gabarito oficial.

QUESTÃO: 24

ID DO RECURSO: 2216

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE: A questão é clara ao perguntar qual efeito collateral poderia ocorrer quando da administração no caso citado, sendo a única alternative possível a potencialização do efeito o vasoconstritor, conformr o gabarito oficial.

QUESTÃO: 25

ID DO RECURSO: 2367; 2622; 2493; 2653; 2801; 2245; 2695; 2661; 2647; 2717; 2062; 2228; 2592; 2475; 2433; 2635; 2645

RESULTADO: RECURSO ACEITO

PROCEDENTE. Erro de digitação das alternativas justifica a anulação da questão

QUESTÃO: 25

ID DO RECURSO: 2221

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. A condição clínica do paciente exige que seja feita a profilaxia para prevenir a endocardite bacteriana.

QUESTÃO: 27

ID DO RECURSO: 2040; 2041; 2230; 2406

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. A alternativa não está correta pois, por se tratar de um artigo crítico, as brocas não aceitam desinfecção, e sim apenas esterilização.

QUESTÃO: 28

ID DO RECURSO: 2238

RESULTADO: RECURSO ACEITO

PROCEDENTE. O embasamento apresentado pelo candidato está correto, não havendo motivo para anulação e sim retificação do gabarito, sendo item "A" o correto.

QUESTÃO: 29

ID DO RECURSO: 2251; 2479; 2159

RESULTADO: NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Dose máxima de lidocaína com vasoconstritor é de 7,0 mg/kg, estando então a dose de 5,4 tubetes (196mg) correta conforme gabarito oficial.

QUESTÃO: 31

ID DO RECURSO: 2698

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. O embasamento do candidato não justifica a anulação da referida questão.

QUESTÃO: 32

ID DO RECURSO: 2795; 2038;



RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO
IMPROCEDENTE. A justificativa leva a crer que o candidato deve ter confundido-se ao verificar o gabarito oficial. Reafirmando-o.

QUESTÃO: 34

ID DO RECURSO: 2802

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. A justificativa leva a crer que o candidato deve ter confundido-se ao verificar o gabarito oficial. Reafirmando-o.

QUESTÃO: 38

ID DO RECURSO: 2790; 2417; 2412; 2669

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Na primeira parte do embasamento apresentado pelo candidato diz claramente que a eficácia da raspagem depende do tipo de ponta utilizada, não sendo eficaz em todo procedimento realizado com ultrassom. Em sequência, o mesmo afirma que o ultrassom tem um contra-indicação relativa, o que não justifica o risco de usar essa técnica em pacientes portadores de marcapassos. O erro de digitação apontado pelo candidato não induz ao erro como afirmado pelo mesmo

QUESTÃO: 39

ID DO RECURSO: 2677; 2614; 2484; 2060;

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. A conduta no caso das alveolites secas é a irrigar suavemente, utilizar medicamento no local por 3 a 6 dias. Preservando o coágulo restante, conforme gabarito oficial.

QUESTÃO: 40

ID DO RECURSO: 2658; 2231; 2481; 2757; 2652; 2699; 2704; 2708; 2466; 2666; 2234; 2080; 2785; 2243; 2664; 2597; 2119; 2408; 2409; 2612; 2668;

RESULTADO: RECURSO ACEITO

PROCEDENTE. Erro de digitação das alternativas justifica a anulação da questão

QUESTÃO: 41

ID DO RECURSO: 2756; 2598;

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Não houve erro por parte da CEV. Candidato está reafirmando o gabarito oficial. O embasamento do candidato não justifica a anulação da referida questão

QUESTÃO: 42

ID DO RECURSO: 2803

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. A justificativa leva a crer que o candidato deve ter confundido-se ao verificar o gabarito oficial, pois o mesmo descreve um procedimento diferente do descrito na questão, além de contextar como falsa uma alternativa que também foi considerada falsa, de acordo com o gabarito oficial.



QUESTÃO: 45

ID DO RECURSO: 2402; 2098

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. O embasamento do candidato não justifica a anulação da referida questão.

NÍVEL SUPERIOR – EDUCADOR FÍSICO – QUESTÕES DE 16 A 45

QUESTÃO 17:

ID DO RECURSO: 2162

RESULTADO: RECURSO ACEITO

PROCEDENTE. Devido ter havido um erro de digitação na elaboração das opções de resposta, a mesma pode, de fato, confundir o candidato e assim induzi-lo ao erro. Questão nula.

NÍVEL SUPERIOR – MÉDICO– QUESTÕES DE 16 A 45

QUESTÃO: 27

ID DO RECURSO: 2313; 2442; 2569; 2379;

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

A questão solicita a taxa de infusão inicial no atendimento de uma grande queimada. Fórmula= $(\text{peso} \times \text{SCQ})/8$.

QUESTÃO: 28

ID DO RECURSO: 2202;

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

A herniação imediate de uma víscera abdominal para cavidade torácica se dá, em aproximadamente 80% dos casos, por trauma contuse abdominal. A causa é pelo aumento súbito de pressão intra-abdominal com ruptura de diafragma.

QUESTÃO: 29

ID DO RECURSO: 2657;

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

A urocultura é um exame que avalia a ocorrência de pielonefrite, devendo ser solicitado em todos os pacientes com essa patologia. No contexto de cólicas nefríticas, a urocultura só será indicada se o paciente apresentar febre, o qual não é o caso da questão.

QUESTÃO: 30

ID DO RECURSO: 2333;

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

Os sinais de alerta para lombrigíase são alterações que têm má associação com etiologias potencialmente mais graves. A dor refratária ao tratamento pode ter associação tumoral ou com doenças inflamatórias. Já uma postura ontálgica para tentar um alívio de dor é algo natural para qualquer caso de dor lombar, não estando associada a uma etiologia de maior gravidade.

QUESTÃO: 31



ID DO RECURSO: 2345;

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

Na litotripsia pode ser notado a piora da função sinal, aumento de pressão diastólica e de excreção urinária de albumina.

QUESTÃO: 34

ID DO RECURSO: 2700;

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

As pacientes submetidas a conização com margem comprometida tem risco significativo de doença residual. Nestes casos, está indicada nova abordagem excisional. Como a paciente é jovem e nulípara, está indicada nova conização.

QUESTÃO: 36

ID DO RECURSO: 2358;

RESULTADO: RECURSO ACEITO

Para que não haja favorecimento

NÍVEL SUPERIOR – ENGENHEIRO CIVIL – QUESTÕES DE 16 A 45

QUESTÃO: 16

ID DO RECURSO: 2317; 2488; 2758; 2104; 2108

RESULTADO: RECURSO ACEITO

PROCEDENTE. Realmente o correto é coeficiente de Poisson. Alternativa correta “B”.

QUESTÃO: 17

ID DO RECURSO: 2352; 2496; 2759

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

O ramal IV trata-se de um ramal de descarga e não um ramal de esgoto como afirma a alternativa D. Quando dois ou mais ramais de descarga se encontram, formando uma única tubulação, essa tubulação passa a se chamar ramal de esgoto. Não é o caso do ramal IV.

QUESTÃO: 19

ID DO RECURSO: 2760

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

A NBR 8036 define no mínimo, um furo para cada 200m² de área de projeção da edificação, para áreas de até 1200m². Portanto, o correto são 3 furos, alternativa “C”.

QUESTÃO: 21

ID DO RECURSO: 2761

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

Usualmente as estacas são classificadas em estacas escavadas e estacas de deslocamento. A estaca tipo Strauss faz parte das estacas escavadas, enquanto a estaca tipo Franki faz parte das estacas de deslocamento.

QUESTÃO: 26

ID DO RECURSO: 2506



RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

De acordo com o livro “Como Preparar Orçamentos de Obras”, de Aldo Dórea Mattos (Editora Pini), para aberturas de vãos de portas e janelas considera-se o seguinte: área de abertura inferior a $2m^2$, despreza-se o vão da abertura, não fazendo nenhum desconto; área da abertura igual o superior a $2m^2$, desconta-se o que exceder de $2m^2$, de cada abertura individualmente.

QUESTÃO: 27

ID DO RECURSO: 2510

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

As telhas cerâmicas são classificadas em capa-canal e de encaixe. A telha tipo paulista se enquadra na tipo capa-canal. Alternativa “D”.

QUESTÃO: 29

ID DO RECURSO: 2513

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

O cimento Portland composto de pozolana (CP II-Z), possui resistência de 32 Mpa, é um cimento indicado para obras subterrâneas ou outras que fiquem em constante contato com água. Pode ter entre 6% a 14% de pozolana, além de 10% de fíler. Alternativa correta “D”.

QUESTÃO: 31

ID DO RECURSO: 2748; 2749; 2111

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

De acordo com o livro “Como Preparar Orçamentos de Obras”, de Aldo Dórea Mattos (Editora Pini), a curva ABC tem como uma de suas características o fato de as faixas A e B responderem por 80% do custo e geralmente correspondem cerca 20% dos insumos.

QUESTÃO: 32

ID DO RECURSO: 2526

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

De acordo com o livro “Temas de engenharia civil”, de Anísio de Sousa Meneses Filho (Expressão Gráfica e Editora), a melhor sequencia de lançamento de material na betoneira é: parte da água; todo o agregado graúdo; parte do aglomerante; todo o agregado miúdo; restante do cimento e água. Alternativa correta “A”.

QUESTÃO: 38

ID DO RECURSO: 2370; 2497; 2521

RESULTADO: RECURSO ACEITO

Questão anulada.

NÍVEL SUPERIOR – ADVOGADO– QUESTÕES DE 16 A 45

QUESTÃO 16:

ID DO RECURSO: 2810; 2209.

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO



IMPROCEDENTE. A questão pede a opção em comum nas duas situações. Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo afirmam que são atributos do ato administrativo: Presunção de legitimidade, Imperatividade, **Autoexecutoriedade** e Tipicidade.

O mesmo doutrinador também reforça os atributos do poder de polícia, que são: Discricionariedade, **Autoexecutoriedade** e Coercibilidade.

Neste contexto, a opção que se repete em ambas as situações é o item D.

Pelo exposto, julgo improcedentes os recursos, ratificando o gabarito.

QUESTÃO 21:

ID DO RECURSO: 2136.

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo afirmam que há diferença entre a fundação privada e pública quanto à figura do instituidor e ao patrimônio. Logo as fundações públicas são criadas por iniciativa do poder público, a partir de um patrimônio público, e pressupõem a edição de lei específica. (pág. 56, Direito administrativo descomplicado).

Pelo exposto, julgo improcedente o recurso, ratificando o gabarito.

QUESTÃO 22:

ID DO RECURSO: 2273; 2013; 2340; 2425.

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Sobre os atos administrativos, Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo afirmam que estes NÃO confundem com os atos políticos ou de governo (Item I-F); Dentro do exercício da atividade pública há três categorias distintas e reconhecidas de atos: ato legislativo, ato judicial e atos administrativos. (Item II-V); E o conceito de ato administrativo tem por fim imediato a produção de efeitos jurídicos determinados, em conformidade com o interesse público e sob regime predominante de direito público. (Item III-V). Assim, tem-se duas alternativas verdadeiras e apenas uma falsa, corroborando com o gabarito. (pág. 417, Direito administrativo descomplicado).

Pelo exposto, julgo improcedentes os recursos, ratificando o gabarito.

QUESTÃO 25:

ID DO RECURSO: 2135.

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Sobre a teoria da Imprevisão: Caracteriza-se pelo descumprimento do contrato administrativo, total ou parcial, de suas cláusulas **por qualquer uma das partes**. (Item A – Errado); A inexecução sem culpa pressupõe a existência de uma causa justificadora do inadimplemento e libera o inadimplente de responsabilidade. (Definição correta da teoria – Item B - Correto); A inexecução por culpa da administração possibilita ao contratado pleitear **a rescisão judicial ou por acordo** (Item C – Errado); A inexecução culposa do contrato pelo particular acarreta a aplicação, pela administração pública, das sanções legais e contratuais. **Possibilita, também, a rescisão unilateral do contrato pela administração pública.** (Item D – Errado); Não se fala sobre **inexecução por dolo**



da administração possibilita ao contratado apenas a rescisão judicial. (Item E – Errado) (Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo, págs. 536 e ss, Direito administrativo descomplicado).

Pelo exposto, julgo improcedente o recurso, ratificando o gabarito.

QUESTÃO 29:

ID DO RECURSO: 2305; 2179; 2036; 2047; 2095; 2359; 2297; 2236; 2166; 2073; 2807; 2131; 2150; 2156; 2419; 2015; 2382; 2341; 2024; 2191; 2269; 2703; 2059.

RESULTADO: RECURSO ACEITO

Trata-se de um pedido de reconsideração, tendo como base na alegativa que existem 4 itens corretos e 1 errado.

Em reanálise, observamos que a construção da questão está correta. Todavia, com um olhar mais crítico, e prezando sempre pela boa técnica, imparcialidade e lisura na correção, percebe-se que o enunciado induz o concorrente a assinalar a opção correta, o que não corresponde ao espírito da questão, que foi feita no intuito de se assinalar a alternativa incorreta.

Neste sentido, à luz do princípio do "*in dubio pro reo*", e corroborando com a alegação da candidata, deferimos o pedido para **anular a questão 29**.

QUESTÃO 30:

ID DO RECURSO: 2179.

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. A questão pede a alternativa que **NÃO** corresponde a uma das características expressa no conceito de tributo. Todavia, diante do conceito expresso no art. 3º do Código Tributário Nacional, não faz qualquer menção a criação de tributo decorrente de ação ilícita.

Pelo exposto, julgo improcedente o recurso, ratificando o gabarito.

QUESTÃO 32:

ID DO RECURSO: 2808.

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. O princípio da anterioridade calcado no respeito ao exercício financeiro e conseqüentemente na segurança jurídica, deve ser substituído por um mecanismo de prazo fixo, entende-se que as legislações instituidoras ou que majorem alíquotas de tributos devem ter eficácia temporal contida, pré-fixada no Texto Constitucional. (Art. 150, III, alínea c, CF/88 e Paulo, Vicente & Alexandrino, Marcelo. Manual de Direito Tributário. 2011);

Pelo exposto, julgo improcedente o recurso, ratificando o gabarito.

QUESTÃO 35:

ID DO RECURSO: 2307; 2039; 2364; 2235; 2167; 2271; 2781; 2804; 2434; 2383; 2342; 2025; 2184; 2185; 2269; 2052.

RESULTADO: RECURSO ACEITO



PROCEDENTE. Pelo exposto, defiro os recursos, anulando a questão por apresentar duas alternativas iguais. (Itens A e E)

QUESTÃO 36:

ID DO RECURSO: 2308; 2805; 2031; 2343; 2026; 2168; 2164; 2204.

RESULTADO: RECURSO ACEITO.

PROCEDENTE. As alternativas B, C, D e E são contempladas e corretas ao que se estabelece como requisitos contidos no Art. 82, I, alínea “a” da LC nº 5. 172/66. Mesmo que a redação da questão manifeste-se de forma implícita para que seja marcada a opção errada ou que não faça parte deste rol, não a que se falar em invalidação da questão.

“A lei relativa à contribuição de melhoria observará os seguintes requisitos mínimos:”

b) orçamento do custo da obra;

c) determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;

d) delimitação da zona beneficiada;

e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas;

A alternativa errada corresponde ao item – A que de forma errônea faz referência ao memorial descritivo do projeto. Logo, a lei descreve sobre a publicação prévia do memorial qualitativo do projeto, que em nada se correlacionam.

Pelo exposto, defiro os recursos, retificando o gabarito que traz um equívoco na alternativa correta. (A alternativa B está errada, sendo alterada para a alternativa A)

NÍVEL SUPERIOR – AUDITOR DE CONTROLE INTERNO – QUESTÕES DE 16 A 45

QUESTÃO 17:

ID DO RECURSO: 2462.

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. A referência da questão é sobre o texto, em destaque, entre aspas, não cabendo ao candidato fazer alusão às diversas partes integrantes. Para Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo a impessoalidade administrativa impede, portanto, que o ato administrativo seja praticado visando interesses do agente ou de terceiros, devendo ater-se à vontade da lei, comando geral e abstrato em essência. (pág. 197)

Pelo exposto, julgo improcedentes os recursos, ratificando o gabarito.

QUESTÃO 22:

ID DO RECURSO: 2258.

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Para Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo na obra Direito Administrativo descomplicado, os atos administrativos estão bem delimitados quanto a sua espécie: atos normativos; atos ordinários; atos negociais; atos enunciativos e atos punitivos (pág. 470 e ss)

Pelo exposto, julgo improcedentes os recursos, ratificando o gabarito.



QUESTÃO 42:

ID DO RECURSO: 2713; 2140; 2490; 2549.

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Mesmo que a redação da questão não traga de maneira explícita “Assinale a opção correta ou a incorreta ou mesmo exceto” não torna-se uma justificativa que invalide todo o contexto. Logo, se dentre todas as alternativas (A,B,C,D,E) existiam quatro itens referentes a habilitação jurídica (art. 28 da Lei nº 8.666/93) e que estavam corretas, decerto a alternativa a ser marcada era aquela que não fazia parte da referida habilitação.

Pelo exposto, julgo improcedentes os recursos, ratificando o gabarito.

NÍVEL SUPERIOR – PROCURADOR JURÍDICO– QUESTÕES DE 16 A 45

QUESTÃO: 17

ID DO RECURSO: 2011

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

A organização do poder judiciário é determinado pela CF/88 a partir de seu art. 92 e seguintes, trazendo os vários órgãos que formam sua estrutura, a qual é composta de dois graus de jurisdição, ou primeira e segunda instâncias.

O que causa confusão, e pode dá o entender de que possuímos até quatro jurisdições ou instâncias, é que o segundo grau de jurisdição ou segunda instância possui dois tribunais, os tribunais inferiores e os tribunais superiores.

A título de exemplo, uma ação que foi ajuizada na justiça comum (1ª), primeira instância, pode ser objeto de recurso para o tribunal de justiça do estado (2ª), segunda instância – tribunal inferior, e ainda outro, para o superior tribunal de justiça (2ª), segunda instância – tribunal superior, e nesse diapasão, possa-se ainda, ser questionado uma violação a constituição, o que poderia gerar o envio do processo ao supremo tribunal federal (2ª), segunda instância – tribunal superior.

Em busca do comentário o qual a candidata se refere, caso seja esse, uma vez que o recurso não trás maiores informações, o ministro diz: “**à distorção entre o sistema previsto pela constituição e o que efetivamente acaba ocorrendo**”. Assim, mesmo que na prática alguns entendam que a estrutura do poder judiciário possa ensejar mais de duas instâncias, não é isso que rege a constituição federal de 1988 e doutrina.

Quanto ao erro de digitação, em nada interfere na substância do item ou na questão.

Pelo exposto, julgo improcedente o recurso, ratificando o gabarito.

QUESTÃO: 17

ID DO RECURSO: 2004

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

A organização do poder judiciário é determinado pela CF/88 a partir de seu art. 92 e seguintes, trazendo os vários órgãos que formam sua estrutura, a qual é composta de dois graus de jurisdição, ou primeira e segunda instâncias.



O que causa confusão, e pode dá o entender de que possuímos até quatro jurisdições ou instâncias, é que o segundo grau de jurisdição ou segunda instância possui dois tribunais, os tribunais inferiores e os tribunais superiores.

A título de exemplo, uma ação que foi ajuizada na justiça comum (1ª), primeira instância, pode ser objeto de recurso para o tribunal de justiça do estado (2ª), segunda instância – tribunal inferior, e ainda outro, para o superior tribunal de justiça (2ª), segunda instância – tribunal superior, e nesse diapasão, possa-se ainda, ser questionado uma violação a constituição, o que poderia gerar o envio do processo ao supremo tribunal federal (2ª), segunda instância – tribunal superior.

Em busca do comentário o qual a candidata se refere, caso seja esse, uma vez que o recurso não trás maiores informações, o ministro diz: “**à distorção entre o sistema previsto pela constituição e o que efetivamente acaba ocorrendo**”. Assim, mesmo que na prática alguns entendam que a estrutura do poder judiciário possa ensejar mais de duas instâncias, não é isso que rege a constituição federal de 1988 e doutrina.

Pelo exposto, julgo improcedente o recurso, ratificando o gabarito.

QUESTÃO: 17

ID DO RECURSO: 2006

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

A organização do poder judiciário é determinado pela CF/88 a partir de seu art. 92 e seguintes, trazendo os vários órgãos que formam sua estrutura, a qual é composta de dois graus de jurisdição, ou primeira e segunda instâncias.

O que causa confusão, e pode dá o entender de que possuímos até quatro jurisdições ou instâncias, é que o segundo grau de jurisdição ou segunda instância possui dois tribunais, os tribunais inferiores e os tribunais superiores.

A título de exemplo, uma ação que foi ajuizada na justiça comum (1ª), primeira instância, pode ser objeto de recurso para o tribunal de justiça do estado (2ª), segunda instância – tribunal inferior, e ainda outro, para o superior tribunal de justiça (2ª), segunda instância – tribunal superior, e nesse diapasão, possa-se ainda, ser questionado uma violação a constituição, o que poderia gerar o envio do processo ao supremo tribunal federal (2ª), segunda instância – tribunal superior.

Assim, mesmo que na prática alguns entendam que a estrutura do poder judiciário possa ensejar mais de duas instâncias, não é isso que rege a constituição federal de 1988 e doutrina.

Quanto ao erro de digitação, em nada interfere na substância do item ou na questão.

Pelo exposto, julgo improcedente o recurso, ratificando o gabarito.

QUESTÃO: 17

ID DO RECURSO: 2702

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

A organização do poder judiciário é determinado pela CF/88 a partir de seu art. 92 e seguintes, trazendo os vários órgãos que formam sua estrutura, a qual é composta de dois graus de jurisdição, ou primeira e segunda instâncias.



O que causa confusão, e pode dá o entender de que possuímos até quatro jurisdições ou instâncias, é que o segundo grau de jurisdição ou segunda instância possui dois tribunais, os tribunais inferiores e os tribunais superiores.

A título de exemplo, uma ação que foi ajuizada na justiça comum (1ª), primeira instância, pode ser objeto de recurso para o tribunal de justiça do estado (2ª), segunda instância – tribunal inferior, e ainda outro, para o superior tribunal de justiça (2ª), segunda instância – tribunal superior, e nesse diapasão, possa-se ainda, ser questionado uma violação a constituição, o que poderia gerar o envio do processo ao supremo tribunal federal (2ª), segunda instância – tribunal superior.

Assim, mesmo que na prática alguns entendam que a estrutura do poder judiciário possa ensejar mais de duas instâncias, não é isso que rege a Constituição Federal de 1988 e doutrina.

Pelo exposto, julgo improcedente o recurso, ratificando o gabarito.

QUESTÃO: 17

ID DO RECURSO: 2092

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

A organização do poder judiciário é determinado pela CF/88 a partir de seu art. 92 e seguintes, trazendo os vários órgãos que formam sua estrutura, a qual é composta de dois graus de jurisdição, ou primeira e segunda instâncias.

O que causa confusão, e pode dá o entender de que possuímos até quatro jurisdições ou instâncias, é que o segundo grau de jurisdição ou segunda instância possui dois tribunais, os tribunais inferiores e os tribunais superiores.

A título de exemplo, uma ação que foi ajuizada na justiça comum (1ª), primeira instância, pode ser objeto de recurso para o tribunal de justiça do estado (2ª), segunda instância – tribunal inferior, e ainda outro, para o superior tribunal de justiça (2ª), segunda instância – tribunal superior, e nesse diapasão, possa-se ainda, ser questionado uma violação a constituição, o que poderia gerar o envio do processo ao supremo tribunal federal (2ª), segunda instância – tribunal superior.

Assim, mesmo que na prática alguns entendam que a estrutura do poder judiciário possa ensejar mais de duas instâncias, não é isso que rege a Constituição Federal de 1988 e doutrina.

Pelo exposto, julgo improcedente o recurso, ratificando o gabarito.

QUESTÃO: 18

ID DO RECURSO: 2005

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

O art. 17 do NCPC é categórico: “Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade”. Portanto, o pedido ser juridicamente possível, uma das condições da ação estampada no art. 267, VI do CPC/1973, não faz mais parte do novo ordenamento jurídico em vigor, conforme reza o reformulado art. 485, VI, seu equivalente.

O próprio candidato em sua defesa coaduna com o entendimento ao citar um atual e badalado doutrinador que avalia a antiga condição da ação como agora, questão de mérito.



Quanto à parte da doutrina explicar didaticamente o interesse processual através do binômio necessidade/adequação, isso não significa uma crítica ou discordância da outra que acolhe o trinômio necessidade/adequação/utilidade.

Assim, pelo exposto, julgo improcedente o recurso, ratificando o gabarito.

QUESTÃO: 20

ID DO RECURSO: 2011

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

A candidata questiona a existência de mais de uma alternativa incorreta. Afirmando que a letra E está incompleta, pois necessário o acréscimo do termo “homologar”.

O CPC em seus arts. 485 e 487 trazem, respectivamente, a possibilidade de fim do processo SEM e COM resolução de mérito. Especificamente, o art. 487, III, alíneas a, b e c retratam as formas de auto composição, que em uma definição simples é uma ato voluntário, praticado pela parte ou por ambas, que abrem mão de forma total ou parcial da pretensão.

As formas de auto composição estão diretamente ligadas ao direito disponível, ou seja, aquele que é seu, e no qual o autor da ação pode, inclusive, renunciar a sua pretensão.

A homologação, assim como a procedência ou improcedência do pedido, é um ato procedimental praticado pelo juiz, e que no caso em questão, não tem a força de tornar o item E irregular.

Pelo exposto, julgo improcedente o recurso, ratificando o gabarito.

QUESTÃO: 20

ID DO RECURSO: 2074

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

A candidata em seu recurso concorda que a letra B do gabarito oficial está incorreta, mas também afirma que a alternativa E também está. Justifica sua posição dizendo que a reconvenção não é um mecanismo de auto composição.

Em nenhum momento está presente no item E a afirmação que a reconvenção é uma forma de auto composição. A alternativa faz referência a RENÚNCIA À PRETENSÃO, que pode tanto acontecer na ação quanto na reconvenção. Nesse sentido, o NCPC é categórico na alínea c do inciso III do art. 487: “**a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção**”.

Pelo exposto, julgo improcedente o recurso, ratificando o gabarito.

QUESTÃO: 24

ID DO RECURSO: 2730

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

O candidato questiona o gabarito oficial ao afirmar que pode haver recurso para determinados despachos. Todavia, não disse qual recurso, e muito menos quais os tipos de despachos.

Já o NCPC em seu art. 1001 é específico: “Dos despachos não cabe recurso”, justificando a incorreção da alternativa.



Questiona também que a definição de sentença do item B está incompleta a ponto de está errada.

A alternativa não teve o intuito de esmiuçar o conceito de sentença, mas visou definir critérios mínimos de compreensão. Nesse sentido, o item contempla o desiderato.

Fazendo alusão ao parágrafo 1º do art. 203 do NCPC, o candidato diz que faltou a citação dos artigos, como também, fazer referencia a extinção das execuções. Todavia, os mesmos são contemplados com as expressões SEM e COM resolução de mérito, e nem toda ação vai ter procedimentos executórios.

Pelo exposto, julgo improcedente o recurso, ratificando o gabarito.

QUESTÃO: 30

ID DO RECURSO: 2011

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

A candidata alega que existem duas alternativas incorretas, a letra A do gabarito oficial e a letra B, que estaria incompleta, pois, deveria repetir na íntegra o disposto no art. 183, CC: “A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveitar”.

A primeira parte do artigo é um fato, definitivo. A complementação, simplesmente, enseja a quem deve alegar, pois seria, apesar de possível, ilógico, aquele que não se beneficiar com a prescrição poder alegar.

Pelo exposto, julgo improcedente o recurso, ratificando o gabarito.

QUESTÃO 41:

ID DO RECURSO: 2006; 2593; 2133; 2054; 2584; 2291; 2350; 2397.

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. A questão pede o que é VEDADO ao servidor público e a alternativa E traz justamente um dos deveres fundamentais do servidor público contidos no Decreto-Lei nº 1.171/94, XIV, U:

a) (...)

u) abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;

v) (...)

Pelo exposto, julgo improcedentes os recursos, ratificando o gabarito.